

## Revisão Semestral 2007

### Esboço Final do Aide Memoire

#### I INTRODUÇÃO E CONTEXTO

1. No dia 21 de Setembro de 2007, o Governo de Moçambique (GdM) reuniu-se com os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) e os Observadores para concluir a Revisão Semestral (RS) de 2007. Esta Revisão Semestral tem como objectivo principal acordar as metas para o ano 2008, e metas indicativas para o ano 2009, no Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) do Governo e dos PAPs. O objectivo secundário é de apresentar uma breve análise do desempenho do Governo na implementação do PARPA no primeiro semestre de 2007 até o momento da RS, incluindo o ponto de situação das onze questões de “atenção especial” levantadas na Secção II do Aide Memoire da Revisão Conjunta (RC) de 2007 e na base do QAD. Uma avaliação de desempenho mais abrangente será feita durante a Revisão Conjunta. De salientar que este exercício não contempla a avaliação dos parceiros, o que será levado a cabo por um consultor independente antes da RC de 2008.

2. Durante a Revisão foi confirmada a matriz do QAD para 2008-2009, incluindo indicadores e metas finais para o QAD 2008, e metas indicativas para 2009 na base das estratégias dos sectores e o PES sectorial 2008. O ponto de situação sobre a implementação do QAD para 2007 (uma breve análise) foi feito com base nos documentos de monitoria do Governo (Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) e o Relatório de Execução do Orçamento (REO) para o primeiro semestre). Os documentos de planificação do Governo (o PES e o Orçamento do Estado (OE) de 2008) ainda estão em processo de elaboração. Uma análise dos planos globais do Governo, realizar-se-á fora da Revisão Semestral, conforme os Termos de Referência (TdR). O Cenário Fiscal do Médio Prazo (CFMP) 2008-2010 será também analisado neste contexto.

3. O processo de revisão envolveu vinte e seis grupos de trabalho, distribuídos por cinco pilares orientadores, e o quadro dos PAPs, constituídos por representantes do Governo, PAPs e outros doadores. A análise foi feita ao nível dos grupos de trabalho e dos pilares. Uma breve análise do desempenho do Governo no primeiro semestre, incluindo o ponto de situação em relação aos assuntos que merecem atenção especial, é apresentada na Secção II deste Aide Memoire. O informe sobre as metas para 2008 é apresentado na Secção III, incluindo as metas relativas ao desempenho dos PAPs. A Secção IV delinea questões relacionadas com a implementação do Memorando de Entendimento (MdE) conjunto. Tiveram lugar duas reuniões do PAF CoG nos dias 11-09-2007 e 17-09-2007, este último exclusivamente para o Pilar de Governação, uma vez que este pilar não submeteu o seu relatório a tempo de ser discutido na reunião do dia 11-09-2007. Em linhas gerais, os grupos de trabalho constituídos por representantes do Governo, Doadores e Sociedade Civil, distribuídos pelos cinco pilares orientadores, realizaram o trabalho em conformidade com os Termos de Referência acordados (Anexo V), com a excepção do Pilar da Governação (componente do Governo).

4. O Aide Memoire inclui os seguintes anexos: a matriz de QAD do Governo para 2008 (Anexo I); a matriz da avaliação do desempenho dos PAP para 2008 (Anexo II); os relatórios

dos pilares (Anexo III); a lista dos documentos usados como subsídios no processo (Anexo IV); os TdR da Revisão Semestral, incluindo a lista de pilares e dos grupos de trabalho (Anexo V).

5. Durante a revisão, realizou-se uma reunião ao nível político no dia 14 de Setembro. O Governo comprometeu-se a dar seguimento aos principais assuntos levantados nomeadamente a questão do Banco Austral, o combate à corrupção, o fraco envolvimento do Governo na área da Governação nas revisões conjunta e semestral, a gestão e exploração dos recursos naturais designadamente terras e florestas e o desenvolvimento agrícola.

6. Entre 28 de Agosto e 4 de Setembro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) realizou uma missão ao país que teve como objectivos analisar a coerência entre o quadro macroeconómico, o CFMP e o OE proposto para 2008, bem como a execução do OE no primeiro Semestre de 2007. O FMI alcançou um entendimento preliminar sobre o orçamento de 2008. O orçamento de 2008 prevê um aumento da ajuda em parte como resultado da apreciação do Euro e outras moedas em relação ao Dólar Americano e o acréscimo é focalizado no alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Milénio, incluindo os fundos da contraparte para assegurar uma execução suave dos projectos financiados pelos doadores. A receita total visa aumentar em 0.5% do PIB em comparação com o 2007. A componente da despesa está em linha com o CFMP.

7. O desempenho da economia em termos macroeconómicos no 1º semestre de 2007 foi bom. A estimativa preliminar da produção global indica um crescimento de 8,8% no 1º semestre 2007, se comparado a igual período em 2006. A meta de crescimento estabelecida para o ano é fixada em 7,2%. O Instituto Nacional de Estatística já iniciou a computação dos PIBs trimestrais. A taxa do PIB no 1º trimestre foi de 8.1%. A taxa de inflação média de 12 meses de Moçambique (Maputo, Beira e Nampula) que é de 9,36% está acima da programada para 2007 (5,9%), mas revela uma tendência decrescente desde os 13,58% em Dezembro 2006. A inflação acumulada até Junho de 2007 para a cidade de Maputo foi 3,7%. Na área monetária, o saldo das reservas internacionais líquidas situou-se em 1.314 milhões de USD, garantindo uma cobertura de 4,7 meses de importações de bens e serviços não factoriais, ligeiramente acima da meta anual prevista no PES de 4 meses.

8. A RS realiza-se num contexto de desafios emergentes particularmente, em relação às áreas de captação de receitas fiscais e competitividade da economia no âmbito do processo da integração económica na região da SADC especialmente a partir de 2008 com o estabelecimento da zona de comércio livre. As negociações dos acordos de parceria económica com a União Europeia cuja finalização está prevista para finais de 2007, constituem também um desafio a ter em conta.

## **II BREVE ANÁLISE DO DESEMPENHO – Iº SEMESTRE**

9. Da análise feita do desempenho, há fortes indícios de que a maioria das metas para 2007 serão atingidas. Não obstante, persistem dificuldades sistemáticas em relação ao Pilar de Governação no cumprimento do Memorando de Entendimento (MdE) nomeadamente na realização das revisões.

10. Há contudo a destacar que algumas metas acordadas poderão não ser atingidas especialmente nas áreas da gestão das finanças públicas (4), saúde incluindo o HIV/SIDA (20 e 22), a educação (25), as estradas (36) e o ambiente (40).

11. É com satisfação que se registam para o I Semestre de 2007, as acções e actividades que demonstram uma preocupação do Governo em dar seguimento aos assuntos de atenção especial, em seguimento das constatações e recomendações da revisão conjunta de Abril de 2007. Não obstante, para a área de justiça, e com maior destaque para o combate à corrupção os parceiros consideram que os esforços do Governo situam-se aquém das expectativas.

12. Em seguimento do AM da Revisão Conjunta deste ano, já está em curso um estudo visando estabelecer a ligação dos estudos de pobreza, a elaboração de políticas e a afectação de recursos públicos. Em relação à componente externa, a lista dos projectos não foi devidamente actualizada (mapa V-4 do REO).

13. Houve um esforço dos parceiros para a manutenção da base de dados ODAMOZ actualizada e a tentativa do Governo de usá-la como base para os fundos externos a serem incluídos no OE 2008 mas, este processo não funcionou correctamente. Uma parte dos fundos comuns e alguns projectos já estão sendo executados através da Conta Única do Tesouro (CUT) mas esforços mais focalizados serão necessários para aumentar este número

14. No que diz respeito ao aumento da inclusão de receitas próprias no orçamento, em particular as receitas de exploração de recursos naturais, verificaram-se alguns progressos mas, também continuam alguns desafios. No contexto da integração regional da SADC, tem-se verificado um esforço da administração tributária na mobilização para o aumento das receitas internas.

15. As questões ligadas ao pagamento e reembolso do IVA continuam a necessitar de atenção apesar de se registarem algumas melhorias. Quanto à gestão dos pagamentos do IVA em projectos de investimento com financiamento externo, nota-se uma orçamentação melhorada em 2007 e uma redução na acumulação de dívidas dos anos anteriores. Também foi iniciada a auditoria sobre dívida do IVA. Para efeitos de esclarecimento sobre matérias relacionadas com a receita, recomenda-se maior coordenação entre a Direcção Nacional do Orçamento (DNO), a Direcção Nacional da Planificação (DNP) e Autoridade Tributária de Moçambique (ATM) para evitar a possibilidade de respostas contraditórias da parte do Governo para solução do problema.. Em relação à proposta do Governo sobre o financiamento total dos projectos dos Doadores (incluindo os impostos), o grupo dos PAPs comprometeu-se a abordar este assunto com os respectivos governos e foi incluído um indicador para a matriz de desempenho dos PAPs para avaliar o progresso nesse sentido.

16. A reforma do *procurement* está em curso com um programa extenso de treinamento e formação para além da criação de mais Unidades Gestoras e Executoras de Aquisições a todos os níveis. Porém, mais dum ano depois da entrada em vigor do novo regulamento (Decreto 54/2005) uma avaliação do desempenho do sistema de *procurement* seria desejável, o que não é possível neste momento com os meios e instrumentos disponíveis. Recomendou-se a aplicação do método de avaliação do sistema nacional de *procurement* que a OCDE oferece para obter um instrumento de monitoria do desempenho e do desenvolvimento do sistema de *procurement* em Moçambique. Estão em curso acções preparatórios para a integração do sistema do património no e-SISTAFE.

17. O recenseamento dos funcionários públicos foi realizado, e a UTRAFE está a colaborar com outras entidades relevantes com vista a facilitar o pagamento dos salários através da execução orçamental directa. Notou-se que o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) está a melhorar continuamente e é de louvar a iniciativa de introduzir o Orçamento por Programas em três sectores piloto (Estradas, Agricultura e Educação) que será analisado, junto com o OE 2008, após a RS. Verificam-se progressos no primeiro semestre de 2007 na área de controlo interno e auditoria externa. Continua a criação de órgãos de controlo interno a nível central e provincial. Na auditoria externa o Tribunal Administrativo aprovou 149 relatórios de auditoria, significando que a meta para 2007 já foi atingida. No que diz respeito a qualidade do PES/BdPES iniciou-se um trabalho interno no Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) sobre o assunto. Propõe-se que o PES/BdPES apresentem informação sobre a análise e monitoria da pobreza e o estabelecimento de uma equipa técnica para entrar em contacto com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e tentar resolver o problema da falta de dados adequados para a avaliação final do PARPA II.

18. Ao nível do pilar de Governação destaca-se a conclusão do recenseamento dos funcionários e agentes do Estado, a aprovação dos órgãos de supervisão, monitoria e avaliação da implementação da Estratégia Anti-corrupção e a criação do fórum Anti-corrupção. Registam-se progressos na elaboração do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizada, na auditoria e inspecções ao nível distrital realizadas pelo tribunal administrativo. No Sector da Justiça é de realce a diminuição do número de reclusos que aguardam julgamento, a aprovação da Lei sobre a Organização Judiciária, a Lei Orgânica do Ministério Público e o Estatuto do Magistrado. Outrossim, foi depositada na Assembleia da República a lei que cria a Comissão Nacional dos Direitos Humanos. No quadro da legislação prisional, foi concluído o regulamento interno do Serviço Nacional das Prisões.

19. Está em elaboração a Estratégia Nacional de Descentralização e nota-se que a política está consagrada na Constituição da República. Não obstante, os parceiros solicitam que haja maior clareza na sua concretização. Devido a necessidade de proceder a uma maior auscultação pública, estão ainda em processo de conclusão o Código de Processo Penal, o Código Penal, a Lei dos Tribunais Comunitários e a Lei do IPAJ, instrumentos importantes para ao acesso à justiça. Os parceiros manifestam a sua preocupação em relação à irregularidade da publicação dos dados do Sector sobre o combate à corrupção e sobre a falta de julgamento dos casos de corrupção entre 2006 e 2007. No que diz respeito aos planos sectoriais de anti-corrupção é necessário identificar metas mensuráveis para permitir a monitoria do progresso e a avaliação do impacto destas acções.

20. Em relação à área da Governação, os parceiros encorajam o Governo a usar os mecanismos estabelecidos para o processo de Revisão Conjunta. O Governo assumiu o compromisso de trabalhar no sentido de melhorar o processo de diálogo nesta área.

21. A taxa de execução global da despesa durante o primeiro semestre de 2007 situou-se em 38.1% ou seja, menos de 6.3% se comparada a igual período de 2006, devido principalmente à fraca execução da componente externa causada em parte pelo baixo desembolso de alguns fundos externos bem como, a falta de incorporação de informação suficiente. Nota-se que a componente externa inscrita ao OE 2007 cresceu consideravelmente.

22. No que diz respeito à execução da despesa pelos sectores, alguns deles registaram melhorias notáveis, nomeadamente os sectores da Educação, Acção Social, Boa Governação e Infra-estruturas (que comporta estradas e energia). Porém, outros sectores, tais como o CNCS,

a Agricultura e a Saúde, apresentaram uma execução orçamental abaixo dos índices alcançados em igual período do ano transacto. O nível de execução continua baixo em relação a área de investimento externo, variando de 14.3% (águas e saneamento) a 41% (acção social). Houve uma execução bastante acelerada das despesas correntes do MISAU (sendo 77% no REO e 57% conforme os dados do sector) para substituir os fundos externos não desembolsados. A execução em todas as áreas prioritárias foi de 59,4%, dentre elas a Saúde e a Educação em conjunto tiveram uma execução de 57.2%. Embora 2006 tenha sido o primeiro ano de funcionamento do orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIL), a taxa de execução manteve-se em 2007 (40.9% vs 42,5%). Finalmente, é importante salientar que continua a não ser possível analisar o REO do ponto de vista das principais linhas programáticas (por exemplo no ensino primário, na formação de professores, etc).

23. Nota-se melhor desempenho em quase todas as componentes da receita. Este desempenho está essencialmente associado a melhorias na administração da colecta e mecanismos de controlo. Houve um fraco desempenho nas receitas próprias (decrescimento em 34%) essencialmente devido a atrasos na comunicação das cobranças de receitas pelos sectores, o que continua preocupante.

24. O desempenho do Pilar de Capital Humano continua a ser positivo em relação ao alcance das metas dos indicadores do QAD. Porém, algumas metas tais como os partos institucionais, TARV pediátrico e o rácio aluno/professor no ensino primário do 1º grau não serão alcançadas. Em relação à Saúde, os indicadores do Programa de Controlo da Malária, PAV e expansão do tratamento Anti-Retroviral tiveram uma evolução positiva. Contudo, a cobertura dos partos institucionais mantém a tendência de se situar abaixo da meta e há a destacar o aumento da mortalidade materna em 38.7%, apesar do aumento da capacidade no sector. Para a área de Acção Social, a falta de dados de base (informação abrangente sobre o universo de beneficiários e a respectiva desagregação por grupo alvo) continua a ser um desafio para avaliar o desempenho do sector no seu todo.

25. Os sectores que constituem o Pilar de Desenvolvimento Económico tiveram, no geral, um desempenho positivo onde se destaca o crescimento do crédito bancário ao sector privado, a bancarização da Economia principalmente fora das grandes cidades, a realização de 36.109 novas ligações de consumidores à rede eléctrica nacional e o desenvolvimento de acções tendentes a melhorar a gestão dos recursos naturais, designadamente os pesqueiros e florestais.

26. A Agricultura demonstrou um desempenho positivo em relação os indicadores previstos no âmbito do QAD, embora o MINAG continue a enfrentar desafios nas áreas de capacitação institucional e de descentralização. Constataram-se avanços no ambiente de negócios com a institucionalização dos Balcões de Atendimento Único, abertura do Centro de Informação de Negócios e aprovação de lei do trabalho. Persistem constrangimentos em relação a melhoria dos mecanismos de diálogo tanto intra-governamentais assim como com o sector privado principalmente antes da adopção de instrumentos legislativos, imprimir maior transparência e coordenação nas inspecções às empresas, no melhor funcionamento das secções judiciais comerciais e avançar com a aprovação das propostas inseridas no projecto de decreto de simplificação de licenciamento. O desempenho do sector das estradas não corresponde às expectativas e o reembolso do IVA continua a ser preocupante para o sector privado, apesar de se terem registado algumas melhoras.

27. Em relação ao HIV/SIDA o decréscimo do orçamento aprovado para esta área (menos 42.4% em relação a igual período de 2006), associado à fraca execução é preocupante, embora tenha havido alguns progressos na componente preventiva.

28. Constatam-se progressos na elaboração do guião de orientação do PES/OE para a integração dos assuntos transversais, incluindo a igualdade do género. O desafio é assegurar que as correspondentes acções sejam devidamente reflectidas nos instrumentos globalizados.

29. Existe a premente necessidade de assegurar que a estratégia de desenvolvimento agrícola em elaboração esteja alinhada com a estratégia nacional de desenvolvimento rural a par da electrificação rural e reabilitação das estradas com impacto para o desenvolvimento rural.

### **III INDICADORES E METAS 2008**

30. Apesar de o MdE destacar a utilização do PES e OE para o ano em causa, as últimas revisões contaram apenas com o PES sectorial como documento de planificação o que tem a ver com a calendarização do exercício. Nas reuniões do PAF CoG de 11 de Setembro e de 17 de Setembro de 2007 (a última só para o Pilar da Governação) decidiu-se pela reconfirmação da maioria das metas já previstas para 2008 bem como das metas indicativas para 2009 constantes na matriz QAD do Governo. Em relação às alterações nos indicadores há a destacar:

- A rejeição da sugestão do Pilar de Macro-Economia e Pobreza de introduzir de aspectos qualitativo para o indicador 1. Não obstante, o Grupo Técnico poderá monitorar os aspectos qualitativos das reuniões dos OPPs, embora estes não façam parte do indicador entanto que tal.
- A Nota Técnica (NT) do indicador 7 foi actualizada de forma a conter as 4 submetas propostas pelo Grupo Técnico.
- Foi aprovada a proposta do Grupo de Auditoria que propõe um novo indicador 9. (“Cobertura do Orçamento do Estado auditado pelo TA conforme as normas técnicas do INTOSAI e segundo a legislação Moçambicana”). As metas para o indicador foram fixadas em 30% e 35% para 2008 e 2009 respectivamente. O Grupo apresentou a respectiva NT.
- Ao indicador 10 foi retirado o termo “transferido”. As metas respectivas serão fornecidas logo que o orçamento seja aprovado pelo Conselho de Ministros. O Grupo Técnico deverá corrigir a redacção do indicador, actualizar a NT, indicar a fonte de verificação e indicar metas até 20-10-2007. Os parceiros encorajaram o Governo a honrar o estipulado no PARPA em relação à descentralização orçamental.
- Foi igualmente decidido que é preferível trocar o indicador 12 na Revisão Semestral em 2008 por um que reflecta melhor o progresso na implementação da reforma do sector público. Porém, para 2008 será mantido o actual indicador para evitar mudanças de última hora sem discussão prévia. Foi aprovada a seguinte meta para 2008: “Gestão de recursos humanos na base do Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF) funcional na ANFP e publicado o anuário estatístico”.

- Em relação ao indicador 13 foi decidida a sua manutenção, apesar de o PAF CoG de Abril ter convidado o sector a substituí-lo por outro. Foi aceite a seguinte meta para 2008: “Proposta de lei sobre o estabelecimento de novas autarquias depositadas na AR”. A fonte de verificação será a carta da Primeira Ministra para a Assembleia da República com a proposta.
- O indicador 14 foi alterado de forma a retirar as palavras “por juiz”. No Grupo Técnico não há consenso em relação ao significado deste indicador nem em relação às respectivas metas. O Grupo deverá submeter um posicionamento concertado e a respectiva NT que deverá incluir a definição consensual para a expressão “caso julgado” até 20-10-2007.
- Foi acordado substituir o antigo indicador 15 (“% de detidos que aguardam julgamento na prisão”) com um novo 15: “No. Cumulativo de delegações distritais do IPAJ em funcionamento”. A meta deverá ser submetida até ao 20-10-2007.
- Foi decidido eliminar o indicador 28 (“% dos bancos cumprindo as normas e as IAS/IFRS”) em 2008 visto que espera-se que as metas sejam atingidas até finais de 2007. O sector financeiro ficará assim com somente 2 indicadores no QAD.
- Na redacção do indicador 28 (novo número) no PAF CoG foi decidido eliminar a referência à “publicação em BR”. A fonte de verificação será a carta da Primeira Ministra para à Assembleia da Republica que acompanha a proposta.
- O Sector Privado havia sido autorizado a substituir o indicador 30 (com o novo “Tempo necessário para efectuar uma importação e exportação”), mas este preferiu adiar esta substituição, em virtude de não possuir ainda dados oficiais que certifiquem a irrelevância do indicador actual. Assim foi mantida em aberto a possibilidade de se substituir o indicador na revisão conjunta de 2008.
- Foi aprovada a substituição a partir de 2008 do indicador 34 relativo ao acesso à terra: “% de processos tramitados em 90 dias” por outro relacionado, a saber, “Número de comunidades locais com terras delimitados e registados no Atlas Cadastral”. A meta para 2008 será 242 e a meta indicativa para 2009 será 266.
- O sector de energia foi autorizado a incluir um indicador (novo 35): “Número de novas ligações a energia eléctrica”. O sector submeteu a respectiva NT que explica a diferença de redacção com aquela constante no PARPA bem como a desagregação dos dados entre zonas urbanas e zonas rurais.

31. Em relação aos indicadores em que só se procedeu à revisão das **metas** destaca-se:

- O indicador 5 em que foi concordada a seguinte meta para 2008 e 2009: “90% de Execução Orçamental (EO) das UGEs em bens e serviços e investimentos através EO directa”.
- A revisão em alta da meta do indicador 6 “Receitas em %” do PIB por virtude de um desempenho acima do previsto ao longo do I Semestre de 2007.

- Para o indicador 11 foi aceite a meta de 80% e 100% para 2008 e 2009 respectivamente e acordado que a fonte de verificação será o relatório do MAE especificando o número de reuniões por cada CCD.
- Para o indicador 16 foi decidido manter a meta anterior para 2008: “Estatísticas publicadas” e retirar a menção ao Informe do PGR visto que este é um imperativo constitucional.
- Para o indicador 17, não foi possível definir a meta durante a RS. O Grupo Técnico tem até dia 20-10-2007 para propor metas concordadas.
- Foi aprovada a revisão em alta da meta do indicador 23.
- Por ter havido erro de cálculo aquando da computação em 2006 da meta do indicador 24, esta foi ajustada de forma a corrigi-lo.
- Foi aprovada a revisão em baixa das metas dos indicadores 27, 36 e 40 por forma a se tornarem mais realísticas.
- Com relação ao indicador 36, o sector não dispõe de nenhum mecanismo consistente de avaliação do estado das estradas, e espera-se que este mecanismo seja estabelecido num futuro próximo.
- A fim de melhorar a medição do desempenho, deverão ser revistas as **Notas Técnicas** dos seguintes indicadores: 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 28, 32, 34, 35, 36 e 37.

32. É com preocupação que os parceiros notam:

- Que o diálogo no Pilar da Governação continua sistematicamente incipiente e apelam ao Governo no sentido de envidar esforços por forma a se ultrapassar esta dificuldade.
- A redução em baixa de quase 50% da meta do indicador 27. O Governo comprometeu-se a abordar o assunto durante a elaboração e aprovação do CFMP.

33. Em relação à matriz do QAD 2008 dos PAPs (PAPs PAF), aprovou-se o novo indicador 8 e a mudança da meta do indicador (1b) de 44% para 40%. Para o indicador 15 foi decidido efectuar um estudo de base (baseline) a ser apresentado na próxima RC e deve-se actualizar a respectiva NT. Para os indicadores 9 e 10 sugeriu-se uma nova formulação do apoio (GBS) por forma a incluir os fundos comuns. Este assunto será tratado no próximo RS.

34. Foi decidido que as NTs para os dois QADs devem ser acordadas a nível de pilar e formalizadas pelo *Joint Steering Committee* (JSC) a nível técnico. Ficou acordado que todas as Notas Técnicas devem ser envidas à equipa de redacção através dos secretariados do MPD e dos PAPs preferivelmente até o dia 18 de Setembro mas não depois de 20 de Outubro de 2007.

#### **IV IMPLEMENTAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO DE APOIO ORÇAMENTAL**

35. Na implementação do MdE do apoio orçamental, consta dos TdR da RS a apresentação de um relatório sobre as auditorias de desempenho dos sectores de Águas e Justiça.

36. A auditoria de desempenho no Sector das Águas, entregue ao sector com atraso no primeiro trimestre de 2007, identificou assuntos chaves para o sector, nomeadamente a gestão descentralizada das águas, os problemas com o reembolso do IVA, os modelos de custo e as formas de financiamento. Depois de alguns atrasos na entrega do relatório e na reacção do sector, em Abril, um plano de recomendações sobre estes assuntos foi elaborado pelo sector e aprovado pelos parceiros. Este plano está sendo levado a cabo e irá resolver parte destes assuntos considerados chaves para todos os actores envolvidos no sector das águas. A Inspeção Geral das Finanças (IGF) está acompanhando as recomendações. Nesse sentido e para além dos atrasos que caracterizaram o processo, a auditoria de desempenho é julgada ser um instrumento útil para melhorar o desempenho no sector.

37. A auditoria de desempenho no sector da justiça encontra-se na fase de conclusão do estudo preliminar que ainda não foi submetido pela IGF para aprovação do *task force*. O trabalho de campo poderá iniciar assim que este seja aprovado. A equipa de auditoria composta pela IGF e a KPMG tem feito grandes esforços para criar um ambiente e relações favoráveis com o sector apesar da complexidade deste sector se comparado com outros onde foram realizadas auditorias no passado. Contudo, estes constrangimentos têm influência na conclusão da auditoria (prevista para 31 de Dezembro de 2007) cujo relatório aprovado poderá ser apresentado na Revisão Conjunta em Março 2008. Por parte da IGF medidas estão sendo tomadas para que o trabalho conjunto seja o mais eficiente possível e com a qualidade desejada.

38. O desempenho em relação às metas estabelecidas para 2007 será avaliado na Revisão Conjunta de 2008, informando assim decisões sobre compromissos para 2009. Durante a Revisão Semestral foram acordadas as metas do QAD 2008 e também as metas gerais e desagregadas por PAP.